



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

SHIRLEY STEPHANIE FERREIRA DE ARAÚJO

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E
MENINAS DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CAMPINA GRANDE
2024**

SHIRLEY STEPHANIE FERREIRA DE ARAÚJO

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E
MENINAS DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
Serviço Social da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharelado em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Ma. Thereza Karla de Souza Melo.

**Campina Grande
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663a Araujo, Shirley Stephanie Ferreira de.

Uma análise da atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no município de Campina Grande-PB: relato de experiência de estágio. [manuscrito] / Shirley Stephanie Ferreira de Araujo. - 2024.
33 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, Departamento de Serviço Social - CCSA".

1. Crianças e Adolescentes. 2. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. 3. Trabalho infantil. I. Título

21. ed. CDD 364.36

SHIRLEY STEPHANIE FERREIRA DE ARAUJO

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E
MENINAS DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social

Aprovada em: 28/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Patricia Crispim Moreira** (**.904.984-**), em **13/03/2025 15:14:44** com chave **0a2c839a003711f0b8ff06adb0a3afce**.
- **Thereza Karla de Souza Melo** (**.910.014-**), em **13/03/2025 11:37:17** com chave **a9c274ec001811f0b23a06adb0a3afce**.
- **Maria do Socorro Araújo de Carvalho Sá** (**.303.054-**), em **13/03/2025 22:20:52** com chave **91f3e8fa007211f09b561a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 14/03/2025

Código de Autenticação: 8e5d0a



À memória da minha bisavó Maria, do
meu tio José e do meu primo Breno Ryan,
pelo amor homérico dado a mim por
vocês em vida, o qual sinto muita falta,
DEDICO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMDCA/CG: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campina Grande

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNMMR: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MPT: Ministério Público do Trabalho

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNBEM: Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PNADC: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SAM: Serviço de Assistência a Menores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	8
2.1 A contribuição do MNMMR nos direitos das crianças e adolescentes do Brasil.....	13
2.1.1 A atuação do MNMMR em Campina Grande.....	16
3 A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO MNMMR EM CAMPINA GRANDE-PB.....	19
3.1 O projeto de intervenção: Seus desafios e aprendizados.....	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25
ANEXO – REGISTROS DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	28

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Shirley Stephanie Ferreira de Araújo¹

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o relato de experiência de estágio obrigatório em Serviço Social no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em Campina Grande-PB, realizado ao longo de três semestres letivos (2023.1, 2023.2 e 2024.1). Seus objetivos específicos tratam de abordar o resgate histórico e social dos direitos de crianças e adolescentes, no Brasil, destacando a relevância da atuação do MNMMR no cenário nacional e, em especial, no contexto local de Campina Grande. Foi construído a partir de uma abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e documental, e nas observações e registros em diário de campo, realizados durante o estágio obrigatório, onde desenvolvemos uma intervenção junto ao Projeto EMPODERAR, de defesa dos direitos infanto-juvenis e enfrentamento à problemática do trabalho infantil, com crianças e adolescentes que integram os núcleos de base do MNMMR. As ações foram realizadas a partir de uma metodologia participativa e lúdica que favoreceu a reflexão sobre seus direitos e a problemática do trabalho infantil.

Palavras-Chave: Crianças e Adolescentes. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Estágio obrigatório.

ABSTRACT

This study aims to present the experiential report of a mandatory Social Service internship at the National Movement of Street Children and Adolescents (MNMMR) in Campina Grande, Paraíba, carried out over three academic semesters (2023.1, 2023.2, and 2024.1). Its specific objectives focus on addressing the historical and social rescue of children's and adolescents' rights in Brazil, highlighting MNMMR's relevance at the national and local levels in Campina Grande. This study was constructed using a qualitative approach, based on bibliographical and documentary research, and observations and field diary records made during the mandatory internship. The internship involved an intervention with the EMPODERAR Project, focusing on defending child and adolescent rights and combating child labor, targeting children and adolescents integrated into MNMMR's base nuclei. The actions were carried out using a participatory and playful methodology, fostering reflection on their rights and child labor issues.

Keywords: Children and Adolescents. National Street Children's Movemen. Mandatory Internship

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: shirley.aluno@uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda o relato de experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, realizado no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) de Campina Grande (PB), realizado no período de maio de 2023 a julho de 2024.

A experiência do estágio obrigatório proporciona ao discente uma interligação entre teoria e prática, favorecendo a percepção do movimento da realidade e a premência de uma atuação baseada nos princípios da totalidade, que busquem superar práticas conservadoras e imediatistas, ponto crucial que deve ser iniciado ainda na formação do profissional e reatualizado conforme a realidade se transforma, e que, como posto por Iamamoto (2009), durante esse processo de atrelar teoria e prática, faz-se necessário realizar um resgate histórico, levando em consideração as particularidades atuais da profissão, refletindo sobre as novas demandas que surgem e se elas são ou não contempladas com pesquisas e análises, em resumo, a autora deixa claro que é crucial que o profissional de Serviço Social se aproprie teoricamente, sempre se atualizando, visto que a realidade sempre estará em movimento e modificação, e que para acompanhá-la, analisá-la e intervir nela, é necessário que o arcabouço teórico do profissional siga esse fluxo e não se mantenha atrofiado.

Seguindo esse viés, busca-se neste trabalho discorrer sobre os aspectos principais da infância e adolescência no Brasil, destacando o processo de conquista de direitos desses indivíduos desde a colonização até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual foi fruto de intensa luta de movimentos sociais, ressaltando a importância do MNMMR e sua atuação, de modo especial no município de Campina Grande (PB).

O MNMMR nasce a nível nacional, em Brasília, no ano de 1985, fruto de uma intensa movimentação de movimentos populares e sociais em prol da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que não eram vistos como sujeitos de direitos, e que estavam em situação de vulnerabilidade e nas ruas do Brasil, tidos como “trombadinhas”, ficando a mercê da dura realidade das ruas, sendo abusados, explorados e exterminados.

É nesse cenário que o MNMMR trouxe à público a real situação em que se encontrava esses meninos e meninas nas ruas, mas não apenas apontou essa realidade, como fez todo um resgate histórico a fim de analisar os motivos sociais, culturais e familiares que os faziam estar em situação de rua, como pobreza, casos de violência doméstica, o alto índice de orfandade presente na realidade dessas crianças e adolescentes. (De Oliveira, et.al, 2022).

Por se tratar de um movimento social, cuja bandeira é a promoção e garantia de vida, voz e vez para crianças e adolescentes que estão nas ruas do nosso País, a análise de sua atuação é importante para conhecimento de sua relevância e dinâmica dentro da esfera de defesa de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. De acordo com Nicodemos (2020), o MNMMR foi um ator fundamental na luta pelos direitos da infância e adolescência no Brasil durante os anos 1980. Nesse período, o movimento contribuiu significativamente para mudanças nas políticas públicas governamentais e não governamentais, no entanto, na década de 1990, o MNMMR enfrentou um declínio em seu potencial de influência, pois as mudanças na relação entre o Estado e a Sociedade Civil no

Brasil, influenciadas pela implementação de políticas neoliberais, afetaram o movimento.

Nicodemos (2020) também acentua que o MNMMR enfrentou obstáculos na década de 1990 devido às mudanças políticas e econômicas no Brasil, apesar desses impasses, se manteve fiel à seus princípios de defesa e garantia de direitos aos meninos e meninas de rua, levando sua bandeira de luta aos espaços públicos para que essas crianças e adolescentes pudessem ser vistos, ouvidos, respeitados e priorizados como indivíduos ainda em desenvolvimento, mas principalmente, como sujeitos de direitos.

Em Campina Grande, na Paraíba, o MNMMR atua com uma comissão local voltada para a participação cidadã de crianças e adolescentes nos espaços decisórios de defesa e garantia de seus direitos, além de trabalhar o protagonismo desses indivíduos e levar a bandeira de luta do Movimento para os espaços onde essas crianças e adolescentes habitam e sobrevivem perante uma sociedade que os calam, os matam e os invisibilizam, trazendo a esses meninos e meninas que estão nas ruas, vida, vez e voz, portanto, a relevância desse Movimento necessita ser pontuada e analisada para que se reconheça quem de fato luta pelos meninos e meninas que se encontram nas ruas do Brasil, e especificamente, do Município de Campina Grande.

Este trabalho foi construído a partir de uma abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e documental, e nas observações e registros em diário de campo², instrumento importante durante o desenvolvimento do estágio obrigatório.

Inicialmente faremos uma abordagem sobre os direitos da infância e adolescência no Brasil, enfatizando a importância da promulgação do ECA em 1990. Em seguida discutiremos o papel do MNMMR no país, e sua defesa pela visibilidade das crianças em situação de vulnerabilidade, que em muito contribuiu para a construção do arcabouço jurídico em vigor até os dias atuais. Também destacamos a experiência de estágio obrigatório em Serviço Social realizada no MNMMR e, de modo especial, as ações desenvolvidas junto ao Projeto EMPODERAR, projeto social financiado através do ITAÚ Social, por meio do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/CG) e executado pela ONG ESSOR BRASIL, em parceria com mais 5 entidades, entre elas, o MNMMR, que tem como objetivo geral contribuir para defesa, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Campina Grande-PB, além de promover o fortalecimento da atuação e mobilização social do Fórum Municipal de defesa de direitos de crianças e adolescentes do município.

2 OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

A historicidade da infância e adolescência no Brasil é marcada por uma trajetória de exploração, violência, negligência, indiferença e vulnerabilidade. Ao realizarmos um resgate histórico desse processo, observamos que as oscilações

² O diário de campo é uma ferramenta essencial para registro de observações, comentários e reflexões, destinada ao uso individual de profissionais e alunos, que pode ser utilizada para registrar atividades de pesquisas e/ou o processo de trabalho, o diário de campo facilita criar o hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho, portanto, deve ser usado diariamente para garantir a sistematização e detalhamento de todas as situações ocorridas, incluindo as entrelinhas nas falas dos sujeitos durante a intervenção. (DE LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007, p.99)

políticas impactaram e ainda impactam significativamente a vida de crianças e adolescentes no país.

No Brasil Colônia, crianças e adolescentes viviam em situações de extrema exploração e violência, sendo tratadas apenas como pequenos trabalhadores, abrindo um destaque especialmente para os indivíduos advindos de famílias escravizadas que não tinham acesso à educação ou ao lazer. De acordo com, De Oliveira, (et.al, 2022), posteriormente, cria-se a Lei do Ventre Livre³, de 1871, contudo, tal lei foi mal implementada, mantendo e propagando a vulnerabilidade das crianças e adolescentes escravizadas, que permaneciam sob poder de seus senhores até os 21 anos completados, o que apenas serviu como forma de criar a falsa ilusão de liberdade e igualdade no país, que como é de ciência, respondia às demandas da classe burguesa.

Com a Proclamação da República em 1889, liderada por Deodoro da Fonseca, surgiu uma tentativa de modernizar a sociedade brasileira e garantir direitos, com isso, em 1891 foi promulgada a Lei n.º 1.313, a qual proibia a contratação de crianças menores de 12 anos, exceto como “pequenos aprendizes” a partir dos 8 anos de idade:

Analizando os acontecimentos do Brasil Colônia, compreendemos que as crianças viviam em péssimas condições, de exploração da mão de obra e violência da parte de seus senhores, sem educação formal ou mesmo oportunidade para brincar e se divertir. Em tal sociedade, estava naturalizado considerar essas crianças apenas pequenos trabalhadores, visto que a Lei do Ventre Livre não foi adequadamente implementada. Apenas 20 anos depois, em 1891, no Brasil República liderado por Deodoro da Fonseca, decretou-se a Lei n.º 1.313, que, no artigo 2.º, proibia a contratação de meninos e meninas menores de que 12 anos, exceto como menores aprendizes, com no mínimo 8 anos de idade. (De Oliveira,et. al, 2022, p.4)

Podemos perceber a grande lacuna existente na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes em nosso país durante seu processo histórico, pois não eram tidas pelo Estado e sociedade como sujeitos que necessitavam crucialmente se abster de trabalhos (quaisquer que fossem) para que tivessem um desenvolvimento pleno e integral por meio da saúde, educação, para que só então fossem qualificados para exercício da cidadania e para o trabalho. (Artigo 53 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990)

Ainda durante o período colonial, a autora Melo (2020) no artigo intitulado “Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico”, aponta experiências de crianças durante o processo de colonização do país destacando duas realidades, a de crianças que viajavam para o Brasil nas embarcações portuguesas e as crianças indígenas sob domínio e influência jesuíta, essa dualidade revela como a infância foi moldada por contextos sociais e políticos variados no decorrer do processo histórico do Brasil, pois, enquanto as crianças a bordo das embarcações portuguesas lidavam com condições extremas de violência e abuso, as indígenas eram alvo de um projeto educacional e catequético, esse projeto educacional dos jesuítas era completamente focado e fissurado pela conversão e imposição (violentas e invasivas) das normas cristãs.

³ Lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871, a qual determinava que filhos de escravas nascidos a partir desta data seriam considerados livres, entretanto, permaneciam sob domínio de seus senhores até os 21 anos de idade.

Em relação às crianças vindas nas embarcações, naquela época era comum o uso da expressão “adultos em corpos infantis⁴” (Ramos, 2015 apud Melo, 2020) como forma de classificar as crianças que viajavam nessas embarcações, o que sugere uma profunda desumanização e indiferença com esses indivíduos, pois, ao utilizar-se tal expressão, deixava claro que independente da idade, as crianças podiam e deveriam ser tratadas como meros instrumentos do Estado, que super priorizava a exploração e a sobrevivência do colonizador, ignorando as necessidades e direitos de quem fazia e pertencia a sociedade.

Apesar de os primeiros anos do período colonial terem como um dos marcos a implantação de uma educação (embora de cunho cristão) voltada para crianças indígenas, mestiças ou filhas de portugueses, a priori e por que não dizer, durante muito tempo, foram percebidas no Brasil disparidades gritantes no tratamento direcionado a crianças de dois grupos sociais distintos, a das famílias de elite e as de origem pobre. (MELO, 2020, p.2)

Como destacado no trecho, tais práticas demonstram com clareza como a educação serviu como um meio de controle social e repressão, baseada num ideário extremamente conservador de que essas crianças poderiam e deveriam ser educadas e disciplinadas para obedecerem e servirem o Estado português, o que enfatiza o quanto a educação era aplicada não para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas para que se perpetuassem estruturas de poder e controle já enraizadas dentro do país. Seguindo o viés de reflexão da autora, ressalta-se a persistência de desigualdades no Brasil colonial que ecoam até os dias atuais, visto que o foco na educação de crianças de elite contrasta absurdamente com a negligência daquelas crianças pobres, o que reforça como a infância era marcada por uma estrutura hierárquica que refletia as divisões sociais e econômicas ali existentes (Melo, 2020).

Dessa forma, a análise provoca uma reflexão crítica sobre a infância no Brasil colonial, destacando a complexidade do processo de colonização e convidando à consideração mais ampla das consequências dessas práticas na construção da identidade brasileira e nas relações sociais que persistem até hoje.

No decorrer do século XX algumas iniciativas se destacaram na área da infância e Juventude no país como o Código de Menores (27 e 79), SAM, Funabem/FEBEM. O Código de Menores foi publicado em 12 de outubro de 1927, por meio do Decreto N. 17.943-A, coincidindo com o Dia das Crianças, essa legislação estabeleceu uma distinção entre "crianças" e "menores" no Brasil, refletindo desigualdades raciais e socioeconômicas. Com 231 artigos, o código aprofundou propostas anteriores, demonstrando minuciosidade e detalhamento na regulamentação da proteção e assistência a menores, criou-se o Juízo de Menores e o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores no Distrito Federal, estabelecendo medidas socioeducativas como recolhimento, observação e exames médico e pedagógico, menores de 14 anos seriam encaminhados para asilos ou escolas, enquanto aqueles entre 14 e 18 anos iriam para escolas de reforma. Vadios, mendigos e capoeiras (18-21 anos) seriam recolhidos à Colônia Correccional por 1-5 anos. As escolas de reforma incluíam pavilhões por gênero, seções para abandonados e delinquentes, com atividades como aulas básicas, trabalhos

⁴ Adultos em corpos infantis, expressão utilizada no artigo “Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico” por Melo, 2020 (p. 49), no qual faz referência ao olhar a respeito das crianças que eram vistas como pequenos adultos.

manuals e ofícios subalternos, essa legislação refletiu uma abordagem criminalizante e medicalizante. (Junior; Viégas, 2022)

Segundo Souza (2020), O Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi criado em 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.779, com o objetivo de sistematizar, fiscalizar e regulamentar as verbas orçamentárias destinadas à Assistência Social, além de orientar tecnicamente as instituições de atendimento ao menor desvalido e delinquente, tal iniciativa visava atender às reivindicações da sociedade e à política de controle social instituída no país. No entanto, o SAM enfrentou problemas de organização, procedimentos burocráticos e uma estrutura isolada que favoreceu a atuação irregular de agentes públicos, para investigar essas irregularidades, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que produziu documentos importantes para analisar o serviço de atendimento ao menor e seus problemas.

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) foi criada em 1964, como instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), instituída pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco., a Funabem fazia parte da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que consolidou a expressão "menor" nas políticas públicas administrativas nacional e estaduais. A criação da Febem marcou a história da assistência à infância no Brasil, atendendo crianças e adolescentes vulneráveis, como abandonados, órfãos, pessoas com deficiência, empobrecidos e jovens em conflito com a lei. (Miranda, 2015)

No estudo “Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil” (2010), Perez e Passone elucidam que até 1990, muitos estudiosos colocam que o país não dispunha de um sistema eficaz de proteção social, e que a grande causa dessa lacuna seria pela falta de reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais, além da acentuada desigualdade socioeconômica presente no Brasil, nesse sentido, os autores identificam três significativos períodos históricos que moldaram as políticas sociais: o Estado Novo (1930-1945), ora caracterizado pelo autoritarismo populista que introduziu algumas políticas sociais; em consequente a ditadura militar (1964-1985), que resultou em retrocesso nos direitos civis, numa extrema violência e violação para com a classe economicamente vulnerável do país, nesse período, a infância foi vista como um investimento para o futuro do regime, o governo criou programas de educação e assistência social, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, 1966), e o Sistema Nacional de Assistência Social (SNAS, 1976) (Perez; Passone, 2010). A infância durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcada por violações dos direitos humanos, conforme Faleiros (2004), essa época foi caracterizada por uma política de repressão e controle social que afetou profundamente a vida de crianças e adolescentes, consoante a isso, a ditadura militar também afetou a educação das crianças, com uma política de censura e controle do currículo escolar. De acordo com Paulo Freire (1985), essa educação que oprime, visa manter a população ignorante e submissa. Seguindo a ordem histórico política, os autores pontuam a redemocratização brasileira a partir de 1985, que restaurou direitos e trouxe novas legislações, o que acabou por culminar na Constituição de 1988 (Perez; Passone, 2010).

Tal contextualização histórica trazida por Perez e Passone permite o entendimento acerca do desenvolvimento das políticas sociais ao longo do século XX, destacando os três momentos cruciais de transformação institucional que impactaram as políticas sociais no país, e enfatizando a transição de um enfoque pautado sob perspectiva de controle estatal, para um modelo que reconhece e assegura direitos, refletindo transformações sociais e políticas no Brasil.

Entre os estudos realizados no campo das políticas sociais no Brasil, há um conjunto de trabalhos que propala a inexistência de um efetivo sistema de proteção social até 1990, devido à insuficiência do atendimento diante do abismo sociocultural e econômico existente na sociedade ou mesmo do frágil reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais na nossa cultura política e no incipiente estado democrático que possuímos. Tais estudos consideram o “arcabouço social” existente apenas como um instrumento de controle e legitimação da ordem política e social, principalmente em períodos autoritários e populistas. Encontram-se também estudiosos que demonstram que no período de 1930 a 1980 ocorreu a introdução, expansão e consolidação jurídico institucional dos mecanismos de garantia e proteção sociais, como a previdência social e a assistência; a construção de uma rede de ensino básico e científico; a política de atenção à saúde e a política habitacional etc., enfim, a institucionalização de um conjunto básico e essencial de políticas, diretrizes, programas, normas e regras que representaram um avanço, mesmo que às avessas e insuficientemente, dos direitos sociais no país. (Draibe; Faleiros, 1995, apud, Perez; Passone, p. 650, 2010)

Isto posto, os autores acentuam ainda que, com a promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), as crianças e adolescentes no país passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, que necessitavam de políticas públicas de proteção e desenvolvimento. Para tanto, o ECA (1990) estabelece que o Estado em conjunto com toda a sociedade civil têm a responsabilidade de formular, implementar e monitorar essas políticas, desafiando as concepções arcaicas sobre infância. É a partir da década de 1980, que toda a noção de infância e adolescência se transforma no país e passa por uma mudança significativa, pois, como já mencionado durante esse resgate histórico, esses grupos (crianças e adolescentes) eram vistos como objetos de controle do Estado, relegados a uma condição de tratamento baseado em caridade e assistência privada (Perez; Passone, 2010).

Com a promulgação da Constituição Federal (1988) e do ECA (1990), houve uma transformação paradigmática que passou a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos⁵, exigindo do Estado e da sociedade civil um compromisso ativo na formulação e implementação de políticas públicas:

Paralelamente, constitui-se no país uma noção particular de infância e adolescência que protela políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente como direitos de cidadania até a década de 1980. A proclamação da Constituição Cidadã (Brasil, 1988) e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990a), um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção – alteraram esse paradigma. Atualmente, o ECA demanda do Estado brasileiro e da sociedade política e civil esforços e continuidade nas ações visando, por um lado, à formulação, implementação, monitoramento e controle social de políticas constitucionais e estatutárias e por outro, ações

⁵ O “menor”, como categoria de hierarquização social, era o personagem social que abarcava uma ampla gama de substantivos e adjetivos diversos – “crianças desvalidas”, “miniaturas facinoras”, etc.– atribuídas na prática policial e jurídica àqueles indivíduos definidos legalmente em situação de minoridade. Como uma vasta bibliografia sobre o assunto tem destacado, o “menor” era definido, primordialmente, em torno de sua situação de subordinação social pela pobreza. (Schuch 2005, p. 59, apud; Soares, 2015,p.5). Antes da promulgação do ECA, os adolescentes era frequentemente referidos como “menores”, um tipo de terminologia que era utilizada em contextos de abandono, menores de 18 anos, e adolescentes em conflito com a lei, o termo enfatizava a condição de vulnerabilidade e dependência que os sujeitos se encontravam.

mobilizadoras e societais capazes de ressignificar a concepção arcaica de infância e juventude presente no imaginário social da população. Essa concepção, conforme o previsto no Estatuto, entende que a criança e o adolescente devam estar assegurados por políticas públicas de proteção, promoção e direitos, bem como as suas respectivas famílias (Rizzini, Naiff, Baptista, 2006, apud Perez; Passone, 2010, p. 650).

O ECA, portanto, não apenas consolidou direitos civis, sociais, econômicos e culturais para crianças e adolescentes, mas também exigiu a continuidade de esforços para superar concepções antiquadas sobre infância, que ainda persistem na sociedade, posto que a Legislação atual demanda que tanto o Estado quanto a sociedade se mobilizem para assegurar a proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis, reconhecendo a importância de uma abordagem que integre as famílias nesse processo, para transformações nas políticas sociais brasileiras, especialmente em relação à infância e adolescência.

Esse processo é reflexo direto das mudanças políticas e sociais ao longo do tempo, frutos de intensas manifestações sociais da sociedade civil, como já indicado anteriormente, mas conjuntamente com movimentos sociais que levantaram a bandeira da luta pelos direitos das crianças e adolescentes brasileiras, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua⁶, que foi o vanguardista da causa da infância e adolescência no país, além de colaborar para a elaboração e promulgação da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente, conforme veremos a seguir.

2.1 A contribuição do MNMMR nos direitos das crianças e adolescentes do Brasil

Antes de tudo, é importante pontuar que, o MNMMR não se restringe a uma entidade que trabalha exclusivamente com meninos e meninas em situação de rua, para além, atua contra a violação de direitos de crianças e adolescentes que por motivos sociais, econômicos e familiares, se encontram nas ruas do país, em condições de exploração sexual, trabalho infantil, ou qualquer tipo de situação que viole o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990.

O MNMMR foi fundado em 1985, segundo Gohn (2013), e inicialmente, era composto por pessoas e instituições engajadas em programas que proporcionavam atendimento a esses meninos e meninas de rua, assim sendo, esse movimento surge a partir da vontade de pessoas voluntárias, educadores sociais, que iam às ruas para realização de encontros com as crianças. De pequenos encontros passaram a ser um movimento maior, assim, o movimento se instaurou no Brasil, de início com um representante de cada região, e posteriormente com voluntários e colaboradores.

Junto ao processo de organização e formação de meninos, meninas e educadores, o MNMMR atuou também, de forma decisiva, sobre o poder estatal, em prol de mudanças jurídicas relativas à questão, buscando o aumento do controle e da intervenção da população sobre as iniciativas estatais. Defendeu-se, assim, a descentralização dos espaços decisórios e

⁶ O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua se define como uma organização não-governamental sem fins lucrativos, composta por educadores, meninos de rua e outras pessoas voluntárias comprometidas com a causa da criança e do adolescente.

dos recursos destinados às políticas sociais do Estado, com vistas a romper com a centralização federal, marca muito significativa na ação social do período militar. (Nicodemos, 2020, p.189)

O MNMMR teve sua fundação nacional no ano de 1985, e Estadual, em 2011, fruto da necessidade de uma discussão da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que viviam em uma grave violação dos direitos, mais especificamente, durante a Ditadura e a emergência de movimentos sociais no Brasil que enfrentavam a repressão. O MNMMR nasce levantando a bandeira de luta contra o extermínio de crianças e adolescentes que, uma vez estando nas ruas, trabalhando, e não na escola, acabavam por ser alvo do extermínio em massa, e dos diversos tipos de violências. Percebendo isso, o Movimento começa então uma mobilização para garantir que essas crianças e adolescentes não permaneçam nas ruas, mas que passem a estar brincando, na escola, e praticando qualquer atividade que não seja uma quebra nos direitos que visem sua proteção e seguridade.

Como já posto acima, Oliveira (et.al, 2022) acentua que, seguindo o contexto histórico Brasileiro, durante a Ditadura Militar, todas as faixas etárias enfrentaram repressão, mas a redemocratização trouxe consigo uma busca por justiça e direitos. A sociedade civil, cansada do abandono, violência e exploração, testemunhava um aumento alarmante de crianças abandonadas, é nesse cenário, que a partir de então, o MNMMR emergiu como uma resposta popular, proporcionando apoio educacional para construir uma realidade melhor. O ECA desafiou o estigma das crianças em situação de rua, antes erroneamente vistas como "trombadinhas", expondo as razões por trás da condição dessas crianças, como a pobreza, violência doméstica onde os abrigos tornaram-se refúgios vitais, escapando de ambientes familiares hostis, embora a sociedade ainda as repelisse nas ruas, onde eram compelidas a trabalhar precocemente. O Movimento e a conquista do Estatuto não apenas alteraram a estrutura jurídica do país, mas também desafiaram a ideologia do Estado, visto que as crianças em situação de rua, uma vez marginalizadas, tornaram-se protagonistas de sua própria história, moldando uma narrativa de resiliência e superação em meio às adversidades sociais, como citado.

Pereira (2011) destaca que a proposta inicial do MNMMR se diferenciava do tratamento dado a estes indivíduos até então, em suma, nos seus primeiros anos, promoveu a maior mobilização popular no âmbito da infância e juventude brasileira, se tornando, assim, um movimento social pioneiro nesse ramo da infância e juventude. Souza (et al, 2019), baseado em Miranda (2005), considera que uma das maiores contribuições do MNMMR no Brasil foi a intervenção relacionada à formulação da Constituição Federal de 1988, garantindo que o Artigo 227 passasse a definir os conceitos de "crianças e adolescentes" como sendo prioridades absolutas no Estado, além de colaborar significativamente para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

No desdobramento de sua atuação, a partir de 1989 e junto com várias entidades de defesa da criança e do adolescente, o MNMMR liderou a elaboração do anteprojeto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, sob a Doutrina da Proteção Integral, para a garantia fundamental da proteção à criança e ao adolescente. A vitória em relação à regulamentação do ECA trouxe, na década de 1990, novos desafios até a efetiva implementação da lei. Dessa forma, podemos considerar que a luta pela regulamentação e efetiva implementação do ECA tornou-se a principal meta de atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua na década de 1990." (Nicodemos, p.189, 2020)

O MNMMR mobilizou crianças e adolescentes de todo o país para se reunirem e lutarem por seus interesses e direitos, para realizar essa articulação, o Movimento começa a realizar encontros nacionais com as crianças e adolescentes, dois deles foram de suma importância para a criação e promulgação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, respectivamente, I e II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

O I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua ocorreu em 1986, em Brasília, e foi um evento pioneiro na luta pelos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Este primeiro encontro visava reunir crianças e adolescentes em situação de rua de todo o país, a fim de discutir problemas comuns e compartilhar experiências, e também elaborar propostas para melhorar suas condições de vida. Estiveram presentes cerca de 400 crianças e adolescentes, entre 10 e 18 anos, de 20 estados brasileiros, além disso, participaram educadores, ativistas, representantes de organizações não governamentais e governo. O I Encontro Nacional resultou na consolidação do MNMMR, e na elaboração da "Carta dos Direitos dos Meninos e Meninas de Rua", que serviu de base para a mobilização nacional para aprovar o ECA. Ainda durante o evento, crianças e adolescentes de todo o país se reuniram para discutir temas importantes, como educação, saúde, família e trabalho (Canal Eduardo Mota, 2014).

Em 1989, aconteceu outro Encontro a nível nacional, um dos principais objetivos do II Encontro Nacional foi pressionar o governo para aprovar o ECA, que estava sendo discutido no Congresso Nacional. As crianças e os adolescentes presentes no evento ocuparam o Congresso e exigiram que seus direitos fossem respeitados, e para que tal mobilização tomasse os rumos da causa da infância e adolescência, o Movimento foi fundamental. Assim sendo, o II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi um marco importante na luta pelos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Ele demonstrou a força e a determinação desses jovens em exigir respeito e proteção para seus direitos, portanto, fica claro a contribuição significativa do Movimento no Brasil quanto à construção de uma sociedade que enxergue as diferentes realidades existentes na infância e juventude do país.

Após pontuarmos esses acontecimentos, cabe aqui ressaltar que o Movimento foi a ponte principal para que as crianças e adolescentes do nosso país pudessem alcançar os lugares de cidadãos de direitos, articulando-se em torno da bandeira de luta contra o extermínio e a violação de direitos desses indivíduos, contudo, na década de 90, o MNMMR tem seu potencial diminuído, como coloca Nicodemos (2020).

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) constitui-se como ator fundamental no processo de mudanças da política governamental e não governamental relativa à criança e ao adolescente em nosso país nos anos de 1980 e, na década seguinte, experimentou um esvaziamento de seu potencial reivindicatório, impactado pelas mudanças objetivas da relação entre Estado e Sociedade Civil no Brasil. (Nicodemos, 2020, p.170)

Vale destacar também que, mais recentemente, o Movimento realizou nos dias 23, 24 e 31 de agosto de 2024 uma Assembleia Extraordinária à nível Nacional, a fim de eleger a coordenação nacional do MNMMR. Essa Assembleia contou com a participação das comissões locais de todos os Estados do Brasil onde o MNMMR atua. Durante a Assembleia foi realizado um resgate histórico de toda a trajetória do

MNMMR, desde sua emergência, seu ápice, passando pelo seu adormecimento, e por fim, sua reorganização, que aconteceu justamente neste ano, com a mobilização de todas as comissões locais para discutirem as novas bandeiras de luta do Movimento, dentre elas a de “vida, vez e voz” (Assembleia Extraordinária Nacional do MNMMR, 2024).

Toda essa articulação demonstra o grande interesse do MNMMR em estar envolvido no enfrentamento a todos os tipos de violações dos direitos de crianças e adolescentes no país e é por esses sujeitos que o MNMMR passa por cima das suas particularidades, desafios e implicações enquanto Organização Não-governamental, sem fins lucrativos e autônoma, a fim de cumprir com seu propósito de defesa, promoção e garantia de direitos para o segmento infanto-juvenil.

A seguir abordaremos a trajetória de atuação do MNMMR no município de Campina Grande (PB).

2.1.1 A atuação do MNMMR em Campina Grande

Costa (2009) traz uma análise acerca das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Campina Grande, Paraíba, que enfrentam uma realidade marcada pela exclusão socioeconômica, e procuram na rua meios de subsistência e sobrevivência, muitas vezes pressionados por suas famílias. O autor realizou uma entrevista com essas crianças e adolescentes, majoritariamente do sexo masculino, que relataram viver em bairros periféricos da cidade e tentarem complementar a renda familiar que, embora recebam apoio de programas sociais, não suprem plenamente suas necessidades e de suas famílias. O dia a dia desses indivíduos é marcado pelo trabalho nas ruas e alguns também frequentam a escola, mas, no entanto, apresentam baixo nível de escolaridade.

Os (as) meninos (as) que vivem e/ou trabalham nas ruas de Campina Grande-PB são, primeiramente, vítimas da exclusão do sistema sócioeconômico, e vão para a rua em busca de comida e dinheiro, muitas vezes obrigados pelos pais, que exigem uma quantia determinada por dia. estudam durante um turno e no outro vão para a rua como uma forma de divertimento, como se a rua fosse sinônimo de aprendizagem, onde lá aprenderam com a vida a lidar com seu futuro. Das crianças com as quais mantivemos contato, quase a totalidade é do sexo masculino, moram em bairros periféricos, são de origem de famílias de baixa renda e vão para a rua na tentativa de complementar a renda familiar. Essas crianças em sua maioria são cobertas por programas de cunho social, mas não tem a noção que esses programas são para ajudá-los. Assim eles vêm para a rua pela manhã, retornando à noite para suas casas. Alguns frequentam a escola, e, desse modo, passam um turno na rua, outro na escola e à noite dormem com a família. Eles apresentam, em geral, um baixo nível de escolaridade. Esse quadro foi evidenciado através das atividades de desenho e pintura desenvolvidos pela equipe do Ruanda⁷ que nos acompanhou nas

⁷ O Programa Ruanda foi criado em 2001 e hoje tem como objetivo atender crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, propiciar a inclusão familiar e comunitária, oferecer atividades socioculturais, educativas e de lazer. Além de acompanhar as famílias através de visitas domiciliares e institucionais.

entrevistas. Foi notório o baixo nível de escolaridade quando pedimos que assinassem seus nomes nas folhas desenhadas, mas também através dos próprios depoimentos". (Costa, 2009, p. 32 a 33,)

O autor ressalta que a rua se torna um espaço de busca por oportunidades na perspectiva dessas crianças e adolescentes, mas também os expõe a riscos e violações de direitos. Por esses motivos se torna fundamental reconhecer a vulnerabilidade dessas crianças e garantir proteção integral, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Costa, 2009)

No artigo "A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora" de Maria Joacineide de Macedo e Suerde Miranda de Oliveira Brito (1998), é realizada uma pesquisa com entrevistas aos adolescentes acompanhados pelo MNMMR, participaram dessa entrevista 20 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, o artigo discute a experiência do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em Campina Grande.

Segundo as autoras, a experiência do MNMMR em Campina Grande é destacada como exemplo de sucesso na implementação do MNMMR, os jovens demonstraram capacidade de se organizarem e lutarem por seus direitos, o impacto foi positivo na vida dos jovens envolvidos, promovendo a cidadania ativa, transformação social e superação da exclusão social, é ressaltado que o MNMMR em Campina Grande representa uma ideologia reconstrutora, que transforma a realidade desses jovens.

Essa iniciativa demonstra a importância da participação juvenil na construção de uma sociedade mais justa e igualitária:

A dinâmica das reuniões, segundo os próprios meninos, inclui o debate de questões políticas e sociais, como o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a situação dos meninos e meninas nas ruas e seus direitos, principalmente os referentes à educação, à moradia e ao trabalho. Discutem-se, também, os problemas da violência e da prostituição infantil e aspectos relacionados à organização do MNMMR, como planejamento e avaliação das reuniões locais e dos Encontros regionais e nacionais (Macêdo; Brito, 1998, p. 8)

O que torna evidente que a atuação do MNMMR em Campina Grande, desde sua implementação no Município, promove o protagonismo dessas crianças e adolescentes, trabalhando o entendimento acerca de seus direitos, além de superar práticas imediatistas que não analisam a realidade por trás das problemáticas enfrentadas por esses sujeitos, superando isso, o MNMMR acompanha a efetivação desses direitos e garante a prolongação dos mesmos. Outro ponto importante da atuação do MNMMR no Município de Campina Grande, é o mergulho na realidade de cada sujeito, uma vez que essa realidade em constante movimento se transforma e é condicionada por determinantes sociais, econômicos e culturais, sendo necessário essa análise, aprofundamento e acompanhamento, para que assim se

possa dar vida, vez e voz a esses meninos e meninas que são sujeitos invisíveis, mesmo estando expostos nas ruas, e, como traz o Educador Paulo Freire em “Paulo Freire e educadores de rua: uma abordagem crítica”:

Você tem que mergulhar no mundo cotidiano do menino para sair dele como menino. Então, a compreensão da cotidianidade é absolutamente indispensável. É importante que se compreenda, por exemplo, o que é que se dá estando dentro dessa cotidianidade. Porque é profundamente dramática, profundamente dolorosa, como é que esses meninos, inclusive, transam com sua dor. Até que ponto eles precisam insensibilizar-se? Não que eles percam ou tenham perdido o caráter. De jeito nenhum. Mas quem vive sob o ataque generalizado, metido num terreno como esse, ou inventa manhas de defesa, entre elas a da insensibilidade, ou não sobrevive. [...] Então o educador precisa estar a par dessa cotidianidade do menino de rua. Essa cotidianidade que passa despercebida quando simplesmente se vai à periferia, simplesmente se anda na rua, não quanto se toma consciência curiosamente da existência da rua” (Freire, 1989, p,28,)

Atualmente, o Movimento em Campina Grande possui dois núcleos de base⁸ organizados no contexto institucional e na articulação que o Movimento faz com algumas ONGs e os CRAS que pertencem aos bairros onde o MNMMR de Campina Grande atua, que são José Pinheiro, Pedregal, onde semanalmente são realizadas atividades de convivência e fortalecimento de vínculo, atividades pedagógicas sempre voltadas para algum tema referente aos direitos das crianças e adolescentes, atividades estas, que ficam sob a responsabilidade da Assistente Social Socorro Carvalho, principal coordenadora do MNMMR na Paraíba e representante do Movimento na cidade nos dias atuais, e também sob responsabilidade de quatro educadores que realizam oficinas semanais em duas escolas (Zuleide Porto, no bairro da Glória, e escola Dr. Chateaubriand, no José Pinheiro), oficinas estas vinculadas ao projeto EMPODERAR, o qual irá ser aprofundado adiante, mas que em suma, se relaciona com a bandeira do MNMMR que visa o protagonismo de crianças e adolescentes, fazendo-lhes ter vez e voz dentro do município através da participação cidadã formada e acompanhada pelo MNMMR que garante esse protagonismo social.

No próximo item abordaremos a experiência do estágio obrigatório em Serviço Social realizado no MNMMR do município de Campina Grande (PB).

⁸Os núcleos de base funcionam como uma organização metodológica do MNMMR, que reúnem as crianças e adolescentes de um bairro num espaço determinado por eles mesmos, que geralmente pode ser uma praça, espaço cedido por algumas ONGs ou pela prefeitura do município, para que se possa realizar atividades semanais sobre algum tema relacionado a seus direitos como cidadãos, ou um tema específico a ser tratado, como por exemplo, no mês de maio, que é alusivo ao combate a exploração e abuso sexual, é trabalhado esse tema o mês inteiro nos núcleos de base, onde as crianças e adolescentes aprendem sobre o tema, como denunciar e se proteger, além de levarem esse debate a seus espaços de convivência, como escola e ambiente familiar.

3 A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO MNMMR EM CAMPINA GRANDE-PB

O Estágio é um componente fundamental na formação do assistente social, permitindo a relação teoria e prática na construção de competências profissionais. Segundo Iamamoto (2014), é necessário aprofundar a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, melhorando aspectos teóricos como método crítico dialético, matrizes de análise e fundamentos da profissão, além de aspectos práticos como estágio supervisionado, conhecimento da realidade social brasileira e integração de ética e pesquisa. Essa experiência prática é essencial para que o profissional em formação relacione seu arcabouço teórico com a realidade, entendendo e compreendendo a partir disso, de onde surge seu objeto de trabalho, as expressões da Questão Social⁹. Assim, é no exercício do estágio supervisionado que o aluno tem contato direto com cada uma dessas expressões, onde ele se utiliza dos instrumentais para a intervenção não imediatista, focada na totalidade e seguindo uma perspectiva dialética marxista que permite a compreensão da realidade em movimento, o que só é necessário quando se existe uma base teórica que faça essa interligação entre teoria e prática, visto que, analisando a historicidade, ambas são inseparáveis, não há prática sem teoria, e não existe teoria sem prática, ponto fundamental dentro do exercício profissional que é introduzido na nossa formação nos componentes de Fundamentos, mais especificamente no de Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social VI.

Partindo para o relato de experiência de estágio, faz-se necessário um adendo referente à falta de vínculo empregatício no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, particularidade que dificulta a articulação de mais profissionais. Outro fator importante a ser reconhecido e posto aqui, é que a instituição não conta com apoio financeiro concreto, impedindo a realização de atividades que necessitem de materiais e alimentação, principalmente durante encontros e oficinas com os núcleos de base com as crianças e adolescentes acompanhados pelo MNMMR. Desse modo, a precariedade de recursos financeiros também impede que o Movimento consiga alcançar ainda mais crianças e adolescentes, visto que, até o prédio onde o mesmo se situa, é cedido pela prefeitura, assim como os transportes para locomoção das crianças e adolescentes para os encontros também dependem da prefeitura municipal, da secretaria municipal de assistência social e do conselho tutelar, tornando por vezes esses encontros indefinidos, o que contribui para a dinâmica de atividades do Movimento ser tão variável, afetando a frequência dos dos meninos e meninas aos encontros.

Durante o desenvolvimento do Estágio Obrigatório, passei pela primeira fase, a da observação, acompanhando juntamente com a outra estagiária, a Assistente Social em suas atividades rotineiras dentro do MNMMR, onde ela realizava visitas domiciliares, reuniões de planejamento de atividades, encontros com crianças e adolescentes nos bairros Pedregal e José Pinheiro, e observava a rotina daqueles que trabalham nas ruas para acompanhá-los futuramente e trazê-los para os encontros, bem como aqueles que vivem em situação de exclusão social. Ainda

⁹ A questão social é uma nomenclatura utilizada no serviço social para explicar os fenômenos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, como a produção e reprodução de desigualdades sociais, os conjuntos de conflitos políticos, sociais e econômicos, e a divisão técnica e social do trabalho que resulta na luta de classes, incluindo problemas como pobreza, exclusão social, desigualdade de renda, racismo, discriminação e exploração do trabalho. (Potyara, 2001)

nessa fase inicial de observação, me questionei algumas vezes sobre qual seria o motivo de tanta sondagem feita pela Assistente Social, algo que fui compreendendo a partir da releitura de alguns materiais disponibilizados pelo componente curricular “Serviço Social e Instrumentalidade”.

Na segunda fase, continuei com a observação, mas participei algumas vezes de encontros com crianças e adolescentes desses núcleos de base, onde pude ter mais contato com a realidade que o Movimento se insere e enfrenta, essa inserção no cotidiano dos adolescentes me fez identificar junto com minha colega de estágio, uma grande problemática de trabalho infantil e evasão escolar, visto que grande parte dos adolescentes relatou não ir à escola ou possuir baixa frequência escolar, dentre os motivos postos, citando a necessidade de contribuir financeiramente em casa, já que sem esse trabalho não conseguem outra renda para sobreviver, outro fator impactante trazidos por eles, era que eles não exergavam uma realidade diferente daquela, e a escola não os traria uma perspectiva de mudança; apenas a viam como uma obrigação desnecessária. Após esses relatos, comecei a observar como o MNMMR atuava, onde, primeiramente, existia uma dinâmica de observação, como já posto acima, mas para além disso, o MNMMR tem uma estratégia de preparar essas crianças e adolescentes por meio de oficinas e encontros que tem um objetivo específico: emancipar as crianças e adolescentes promovendo-lhes um protagonismo que contribua para dar-lhes vida, vez e voz dentro da sociedade, fazendo-lhes entender que são sujeitos de direitos e os principais protagonistas de suas próprias histórias, mas que, para isso, é preciso antes lutar por condições objetivas (materiais) e subjetivas para seu desenvolvimento pleno, o que entra em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

Após a execução do projeto de intervenção, que será explorado mais adiante, tive a oportunidade de continuar no MNMMR atuando como educadora social¹⁰ no projeto EMPODERAR. Foi então que iniciei uma jornada desafiadora de aprender a dinâmica de atuação do Movimento para aplicá-la nas oficinas. Com essa compreensão, continuei a analisar a atuação e relevância que o MNMMR tem em Campina Grande, ficou então explícito o seu papel formativo (Barra, 2015), abstendo-se de práticas imediatistas e policialescas, que possam cercear o acesso aos direitos garantidos por Lei a esses meninos e meninas, é aqui que podemos considerar que tais atuações promovem não apenas o acesso aos direitos em si, mas a colaboração dos usuários para a criação de cada um deles.

Em suma, a experiência de estágio no MNMMR foi um “divisor de águas” na minha formação, foi dentro dessa vivência que de fato compreendi e absorvi a importância da relação entre profissional e usuário, teoria e prática, observação e ação. Houve o entendimento de que não se pode falar do direito sem antes escutar quem se utiliza dele, assim como não é possível enfrentar a Questão Social sem se integrar ao cotidiano de quem sobrevive às suas mais brutais expressões todos os dias, pois:

É impensável compreender o universo das ruas apenas com dados em uma planilha qualquer, números construídos por institutos, vidas que enchem folhas de homicídios. A vida está na rua, é nela que a vida pode surgir, é nela que a vida constantemente desaparece. Esse movimento de nascer e renascer nas ruas faz com que as pessoas que nela transitam tenham a ciência que os percursos são determinantes para se buscar espaços de vida

¹⁰ Profissional que atua com grupos ou indivíduos que enfrentam negligências sociais, promovendo o desenvolvimento social e humano por meio de atividades educativas, culturais e recreativas.

e de morte. Se empoderar desses caminhos é necessário para fortalecer o coletivo e fortalecer os caminhos desse coletivo. (Barra, 2015, p. 209)

A seguir apresentaremos o projeto de intervenção construído e executado como fruto do estágio obrigatório realizado no MNMMR de Campina Grande

3.1 O projeto de intervenção: Seus desafios e aprendizados

Partindo finalmente para o projeto de intervenção, seu tema central era “Trabalho infantil e evasão escolar: Combate e Prevenção”, um pouco antes dele ser desenvolvido, a Assistente Social apresentou para nós, as estagiárias, um projeto social que poderia contar com nossa participação, já que as atividades estavam relacionadas com alguns temas e atividades que abordaria em minha intervenção. O referido projeto, “EMPODERAR”, trata-se de um projeto social financiado através do ITAÚ Social, por meio do CMDCA/CG e executado pela ONG ESSOR BRASIL em parceria com mais 5 entidades, entre elas, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que tem como objetivo geral contribuir para defesa, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Campina Grande-PB, além de promover o fortalecimento da atuação e mobilização social do Fórum Municipal de defesa de direitos de crianças e adolescentes do município. O EMPODERAR realiza ações de prevenção e enfrentamento à violação dos direitos dessas crianças e adolescentes residentes do município de Campina Grande-PB

Foi nesse projeto que tive minha primeira experiência com organização e planejamento de oficinas com temas específicos, tive contato com outras ONGs que se articulam e atuam em diferentes realidades, e tive meus primeiros embates com relação à resistência dos pais e das escolas para com a intervenção proposta pelo projeto EMPODERAR, que queria trazer o protagonismo das crianças e adolescentes que participariam dessas atividades. Iniciando o processo para a elaboração do projeto de intervenção, foi realizada uma pequena pesquisa sobre o perfil dos usuários (crianças e adolescentes dos bairros em que o MNMMR atua em Campina Grande), nessa pesquisa, observou-se que a questão do trabalho infantil atrelada à alguns casos de evasão escolar é recorrente no município. Entretanto, como a dinâmica do Movimento é diferente no modo de organização, existem grupos em bairros diferentes e que vivem em situação de pobreza em Campina Grande, cada bairro possui suas demandas características e específicas.

Antes de dar início às experiências com as atividades interventivas, é necessário destacar aqui alguns dados recolhidos na pesquisa para a fundamentação teórica do projeto de intervenção. No recorte feito em tal pesquisa, ficou sabido que, primordialmente, é importante trazer veracidade quando abordamos a temática do trabalho infantil, somado a isso, a pesquisa realizada enfatizou que o Brasil apresenta um grande contingente de crianças e adolescentes que passam pelo trabalho infantil, e isso está ligado à questão da pobreza, e que segundo o IBGE (2021), cerca de 62,5 milhões de pessoas, representando 29,4% da população, se encontram em situação de pobreza; já na extrema pobreza, 17,9 milhões, cerca de 8,4%, ademais, o número de crianças menores de 14 anos nessa situação chega a 46,2%. Com relação aos dados sobre o trabalho infantil, segundo dados retirados do IBGE (2021), houve um aumento no número em 2019, que havia caído de 2,1 milhões com relação ao ano de 2016, para 1,8 milhão em 2019, mas

apresenta um aumento em 2022, para 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil. Na Paraíba, de acordo com o PnadC do IBGE (2019), divulgados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), os números chegam a 39,6 mil crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, vivendo em situação de trabalho infantil (BELANDI, 2022). Tal recorte foi necessário tanto para a compreensão da realidade das crianças e adolescentes no país, quanto para fundamentar o projeto e aprimorar a intervenção, que seria baseada no cotidiano enfrentado por esses usuários.

A intervenção realizada por nós, estagiárias de Serviço Social, e vale destacar algumas dificuldades para pensarmos em algo para a intervenção, sobre qual atividade, como abordar o tema, por justamente serem grupos diferentes, com idades diferentes e com realidades diferentes, atrelado a percepções e entendimentos de realidade distintas e o forte receio de não encontrar uma metodologia de intervenção que abraçasse tais realidades, algo que após muita discussão e pesquisas, tornou-se possível e palpável.

Para o primeiro núcleo, o do Bairro José Pinheiro, surgiu uma dificuldade em encontrar alguma atividade para discutir sobre o trabalho infantil, por dois motivos: primeiramente por ser um núcleo formado por faixas etárias distintas, variando entre 5 a 21 anos, e por isso é necessário formas distintas de abordagem; outro impasse foi o fato de que muitas dessas crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil por uma necessidade, já que se encontram inseridos desde sempre numa realidade que os impossibilita escolher entre apenas estudar e não trabalhar, um relato importante que destaquei, foi o de um adolescente que visitamos junto com a Assistente Social, que relatou: “tenho fome todos os dias, tenho necessidades todos os dias, então sair do trabalho nas ruas apenas pioraria minha situação, a fome não espera os 30 dias do mês para chegar, igual o salário espera”.

Por meio dos relatos que obtivemos durante as observações em visitas domiciliares, a questão do trabalho como meio de sobrevivência era o ponto em maior destaque entre os adolescentes e jovens do bairro José Pinheiro. Após as observações durante os encontros anteriores, ficou perceptível que sempre que é utilizada uma abordagem mais direta e moralizadora, acaba gerando constrangimento e desconforto para eles, algo que não queríamos utilizar; na nossa concepção, o tema do trabalho infantil deveria ser abordado de uma maneira mais sutil, prevalecendo primordialmente alguns questionamentos sobre o que gostam, o que não gostam, para então incluir temas como a importância da educação na vida deles, quais seus sonhos e falar um pouco sobre direitos que eles possuem, e abrir para questionamentos sobre o trabalho infantil, e, principalmente, ouvi-los.

Para a atividade da intervenção, foi pensado um momento de escuta e compartilhamento de opiniões e vivências, o que gostam de fazer, quais seus sonhos e suas perspectivas esquecidas. Seguindo esse pensamento, buscou-se realizar uma roda de conversa na qual, por meio de dinâmicas, eles foram estimulados a falarem de forma descontraída sobre suas experiências, medos, sonhos, direitos e deveres, também foi trazida a importância da escola para auxiliar na concretização dos seus sonhos futuros, buscando sempre uma metodologia não-opressora.

Foram realizadas duas atividades para a intervenção do estágio supervisionado III. A primeira atividade ocorreu no núcleo de base do José Pinheiro, no dia 19 de junho de 2024, contou com 7 participantes, entre eles duas crianças que estavam acompanhando sua mãe, que era uma jovem de 21 anos,

acompanhada pelo MNMMR em Campina Grande, e irmã de uma adolescente que é muito ativa dentro do núcleo de base.

O objetivo da primeira atividade foi ouvir as vivências, sonhos e perspectivas de cada um por meio de uma roda de conversa com dinâmicas estimulantes, para tal, foram trazidas perguntas abertas e uma dinâmica com balões para criar um ambiente descontraído e inclusivo. Com relação às perguntas foram feitas as seguintes: O que você mais gosta de fazer?; Fale alguma coisa sobre a pessoa que está ao seu lado; Você lembra de algum direito que está no Estatuto da criança e do adolescente?; O que você menos gosta de fazer?; Você conhece o Movimento? Se sim, como conheceu?; Gosta de participar dos encontros?; Se pudesse melhorar algo nesses encontros, o que seria?; Tem algum tema que você mais gosta de ver nos encontros?. A pergunta de número 9, “O que você diria sobre você para alguém que ainda não te conhece? (Nome, idade, sonhos, medos)”, foi pensada para trazer relação com a importância da escola e como ela pode colaborar para a construção dos sonhos deles, explicar que a escola possibilita outros meios de futuramente cada um conseguir realizar sonho, também trouxemos a importância de entender sobre os direitos, fazendo relação um pouco sobre o trabalho infantil.

Os adolescentes compartilharam suas preferências, relações, conhecimentos sobre direitos e expectativas, todos conseguiram e quiseram espontaneamente participar da dinâmica, relataram gostar da abordagem diferenciada e destacaram a importância da linguagem acessível, e que assim era melhor de entender o que de fato estava sendo perguntado, além de pontuarem também que a metodologia da atividade não os constrangeram, pelo contrário, fez com que todos tivessem vontade de falar, escutar e aprender.

A segunda atividade foi realizada no bairro do Pedregal, no dia 21/06/2023, numa sexta-feira, às 9:30 da manhã, com participação de 7 crianças, também estando presentes as duas estagiárias, a Assistente Social coordenadora do MNMMR da Paraíba, Socorro Carvalho, e uma educadora social do Pedregal. Por se tratar de um núcleo formado apenas por crianças, foi necessário utilizar algo mais dinâmico e lúdico, que foi retirado de uma cartilha direcionada para escolas intitulada “Guia para professores: Como trabalhar o tema na escola” produzida pela rede PETECA, que trabalha na promoção dos direitos da criança e do adolescente a partir da erradicação do trabalho infantil. A cartilha trazia a dinâmica da leitura de uma história em quadrinhos sobre o trabalho infantil como forma de abordar o tema, a cartilha também contava com um roteiro com algumas perguntas.

A história em quadrinhos foi elaborada trazendo informações sobre o que é o trabalho infantil, as formas de trabalho infantil e também as formas de combate e denúncia, onde a realidade de crianças e adolescentes que não vão à escola porque estão no trabalhando, foi retratada por meio de uma história fictícia com uma linguagem simples e de fácil entendimento, utilizando personagens que prendessem a atenção das crianças e as fizessem compreender o assunto abordado.

O início da dinâmica foi voltada para uma breve apresentação dos presentes na atividade, onde foi perguntando nome e idade, em seguida questionado o que cada um entendia por trabalho infantil, posteriormente foi feita uma leitura compartilhada da história em quadrinhos com todos que estavam presentes. Em seguida, conversamos novamente sobre o tema e foi levantada a pergunta se algum deles já havia presenciado algum tipo de trabalho infantil, e a grande maioria respondeu que sim, mas que não sabiam com convicção que aquilo era um tipo de trabalho infantil, e a partir disso, a Assistente Social explicou sobre algumas formas de trabalho infantil, como combatê-las e denunciá-las. Ao fim, foi pedido que cada

um desenhasse seu sonho ou algum tipo de trabalho infantil que presenciou, depois discutimos sobre a importância de tal tema ser abordado nas escolas e como a escola contribui para que eles tenham uma infância saudável e segura. Assim como os adolescentes do José Pinheiro, as crianças do Pedregal gostaram da atividade pelo mesmo motivo, houve uma conversa sobre o tema com as contribuições de cada um, onde também não constatamos qualquer tipo de distanciamento e resistência por parte deles.

Um adendo para esse núcleo, é que alguns deles sabiam o que era trabalho infantil e relataram durante nossos questionamentos no encontro sobre cotidianamente verem crianças trabalhando como entregador, em sua maioria relataram que já viram muitas crianças vendendo balas e drogas, uma forma de exploração extremamente danosa, que eles compreenderam e finalizaram a atividade destacando as consequências do trabalho infantil, citando o abandono da escola, abusos e a influência precoce no envolvimento em tráfico de drogas, destacaram também que após a roda de conversa, ficou evidente a quantidade de danos que essas violações trazem para o futuro.

Com a finalização da intervenção como exigência do componente de estágio obrigatório, pude continuar no MNMMR e levar a dinâmica do projeto de intervenção para o bairro da Glória II, mas, dessa vez, como educadora social pelo projeto EMPODERAR. A dinâmica seguiu a mesma linha pedagógica, de primeiro escutá-los para estudar como o tema poderá ser tratado mediante a realidade e contexto sócio histórico, educativo e familiar dessas crianças e adolescentes, proporcionando um espaço de construção coletiva do aprendizado e formação para eles, para que sejam protagonistas e compreendam a importância de participarem ativamente da defesa de seus interesses coletivos enquanto cidadãos de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste relato de experiência de estágio obrigatório em Serviço Social no MNMMR, objetivamos ressaltar a contribuição da metodologia de atuação do Movimento como um formador não apenas para as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, mas também para nós, profissionais em formação, que pudemos desenvolver um olhar minucioso e atento aos problemas da sociedade. Foi durante essa experiência que transformei completamente meu modo de pensar e agir, compreendendo efetivamente que, indubitavelmente, antes de se pensar numa intervenção, deve-se ouvir atentamente o sujeito central desta intervenção, pois de nada adianta tentar mudar uma realidade que não conhecemos concretamente, é nessa ótica que o MNMMR norteia sua atuação, ele adentra no mundo do menino e sai dele menino, e saindo dele menino, ele entende o cotidiano que o sujeito está inserido, compreende sua realidade, e baseia sua atuação numa intervenção metodológica que prepara esses sujeitos para superar as negligências e violações que são submetidos diariamente por meio da viabilização da voz e vez nos espaços que podem defendê-los e protegê-los.

A trajetória do MNMMR é marcada por momentos históricos, como o I e II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que mobilizaram crianças e adolescentes de todo o país para lutar por seus direitos. O movimento também enfrentou desafios, como o esvaziamento reivindicatório na década de 1990, resultado de mudanças na relação entre Estado e Sociedade Civil, no entanto, o

MNMMR continua atuante, colaborando para a construção de uma sociedade que respeite os direitos da infância e juventude. O movimento demonstrou que crianças e adolescentes podem ser protagonistas de sua própria história, moldando uma narrativa de resiliência e superação em meio às adversidades sociais, e continua sendo uma ponte fundamental para que esses indivíduos alcancem seus direitos e sejam vistos como cidadãos de direitos no Brasil, sua atuação é essencial para enfrentar as violações dos direitos de crianças e adolescentes e garantir que eles tenham vida, vez e voz.

Fica evidente, portanto, que é essencial reconhecer a importância e relevância da atuação do MNMMR no município de Campina Grande, que promove mudança e movimento nos eixos mais fragilizados da sociedade, sua atuação é crucial para enfrentar a realidade devastadora que arranca direitos de crianças e adolescentes, principalmente aqueles que estão à mercê das ruas, violados constantemente e sem nenhuma perspectiva ou apoio necessário.

Ficou sabido que, a realidade das crianças e adolescentes nas ruas do município de Campina Grande, Paraíba, é marcada pela exclusão socioeconômica, violência e falta de acesso a direitos fundamentais. A pesquisa de Costa (2009) revela que esses jovens são vítimas da exclusão do sistema sócio-econômico, obrigados a trabalhar nas ruas para complementar a renda familiar, e frequentemente expostos a riscos e violações de direitos, consoante a isso, o estudo de Macedo e Brito (1998) destaca a importância do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) na luta pelos direitos desses jovens, promovendo cidadania ativa, transformação social e protagonismo.

Conclui-se, então, que a atuação do MNMMR em Campina Grande é crucial para a pauta de defesa de direitos de crianças e adolescentes, demonstrando capacidade de organização e luta por tais direitos. O movimento trabalha com as crianças e adolescentes acerca do entendimento sobre direitos, superando práticas imediatistas, já que, além de promover, acompanha a efetivação desses direitos, garantindo protagonismo e voz aos jovens, o MNMMR entende que a participação juvenil é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a abordagem do MNMMR é pautada na compreensão da cotidianidade desses jovens, como defende Paulo Freire (1989), é mergulhando na realidade de cada sujeito que se entende suas necessidades e desafios.

Atualmente, o MNMMR em Campina Grande continua seu trabalho, com grupos organizados, atividades de convivência e fortalecimento de vínculo, e oficinas pedagógicas sobre direitos de crianças e adolescentes. No município, o MNMMR se articula com o projeto EMPODERAR, onde, através de oficinas semanais e formações mensais, visa o protagonismo desses jovens, garantindo participação cidadã e voz no município. Fica, portanto, notoriamente evidente que o MNMMR desempenha um papel vital na defesa dos direitos dessas crianças e adolescentes, merecendo reconhecimento e apoio para continuar sua luta.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA Extraordinária de Eleição e Posse da Coordenação Nacional do MNMMR. 2024.

BARRA, Tiago Bruno Areal. **O papel formativo do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) na comunidade do Lagamar através da perspectiva dos participantes: uma experiência de construção da resiliência e empoderamento.** 2015.

BELANDI, Caio. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.** Agência IBGE notícias, editora: estatísticas sociais. 2022.

BRASIL. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.** Centro de Formação Básica de Educadores. 2003.

CANAL Eduardo Mota. Disponível em: <https://youtu.be/VPL6-hSJbY?si=WW8OFPytJe-cZq0l> Acesso em: 15/10/2024.

COSTA, Paulo Wbiratan Lopes da et al. **A casa é o abrigo e a rua é o perigo? Cartografias das múltiplas infâncias (em situação de rua) de Campina Grande.** 2009.

DE JESUS, Neusa Francisca. **O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).** 2021.

DE LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 6, n. 1, p. 93-104, 2007.

DE OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza et al. **Movimento nacional de meninos e meninas de rua. Humanidades em Perspectivas,** v. 6, n. ,15 p. 123-135, 2022.

DE SOUZA, Fabíola Amaral Tomé. **A Institucionalização do Atendimento aos Menores–O SAM.** Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 61-92, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger.** Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2004.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire e educadores de rua uma abordagem crítica.** UNICEF/FUNABEM, Rio de Janeiro, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. Capítulos II e III, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serviço Social & Sociedade, p. 608-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JUNIOR, Paulo Roberto Cardoso Pereira; VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Políticas de Socioeducação e privação de liberdade de adolescentes no Brasil: Menorismo no Comando**. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 29, n. 3, jul./set., 2022

MACÊDO, Maria Joacineide de; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. **A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 11, n. 3, p. 511-522, 1998.

MELO, Jennifer Silva. **Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico**. Revista Educação Pública, v. 20, n. 2, p. 14, 2020.

MIRANDA, Humberto Silva. **A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura**. Revista Angelus Novus, p. 159-176, 2015.

MNMMR. **Cartilha do I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua**. Brasília: 1986.

MNMMR. **Crianças abandonadas - II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua/ Brasília**, 1989.

MNMMR. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: Relatório anual, 1991**.

MNMMR. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Coleção: Cadernos de Defesa de Direitos, Série 3, UNICEF**. São Paulo, junho de 1994.

NICODEMOS, Alessandra. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua:: aspectos históricos e conceituais na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 170-197, 2020.

PEREIRA, Potyara AP. **Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania**. Revista Temporalis, v. 3, p. 51-62, 2001.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil**. Cadernos de pesquisa, v. 40, p. 649-673, 2010.

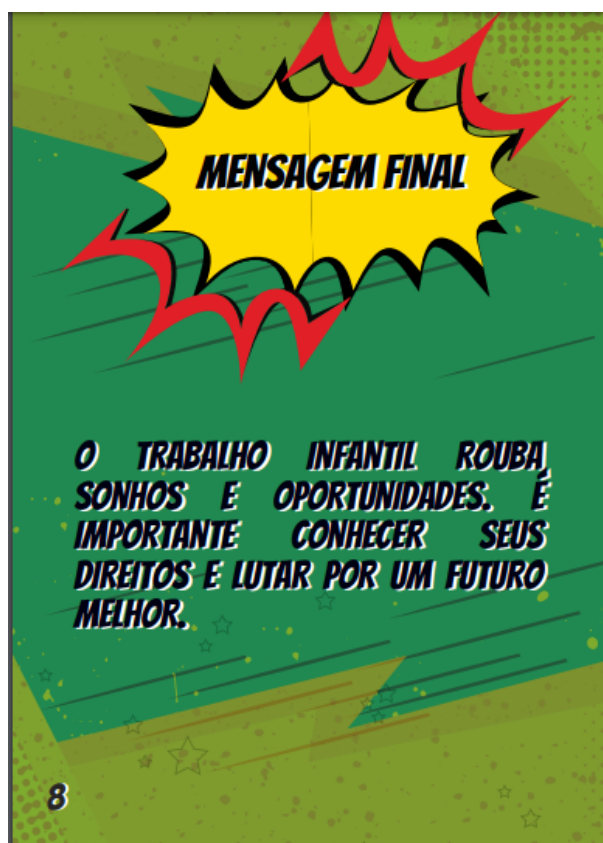
SOARES, Danilo José Viturino. **“Menores, crianças e adolescentes”: a história e os desafios dos “sujeitos de direitos” no Brasil**. Anagrama, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2015.

A group of young adults are gathered in a room for a community meeting. They are seated in a circle on a light-colored rug. In the center of the circle is a large, circular mat with a green central area and a colorful, multi-colored border. One person is sitting on a white plastic chair, writing on a notepad. The room has white walls, a window with a metal grille, and a doorway leading outside. A water dispenser is visible in the background.

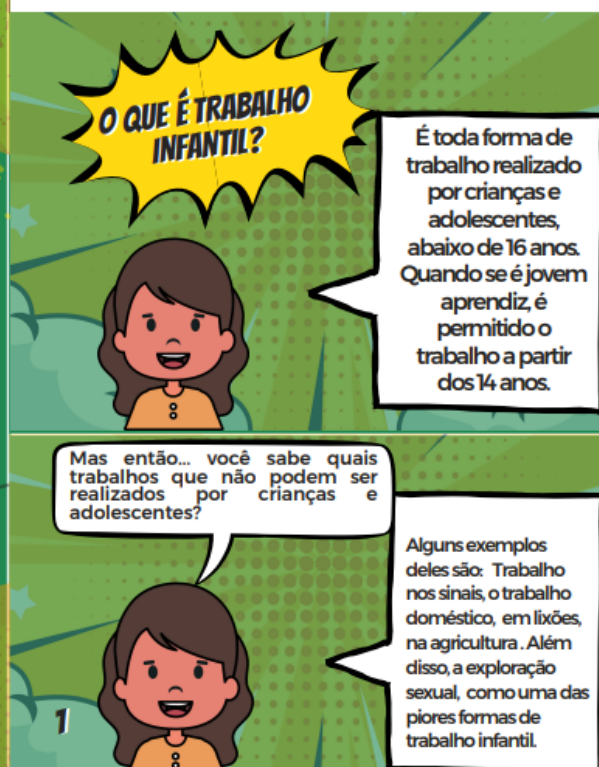


A próxima imagem é referente à atividade de intervenção no núcleo do bairro do Pedregal, em sequência, a história em quadrinho produzida para a realização da intervenção no núcleo de base do pedregal.





12 de junho é dia de aprender sobre:



Você pode buscar ajuda em algumas instituições de proteção à criança e ao adolescente. Onde posso buscar essa ajuda?



Clara então começa a explicar para João alguns de seus direitos enquanto criança e adolescente...

Todas as crianças e adolescentes têm direito à educação, moradia, convívio familiar, saúde, proteção, lazer... para que assim possam crescer de maneira saudável e segura.

O trabalho infantil prejudica seu desenvolvimento físico e social, te priva de viver sua infância e adolescência, e te coloca em diversos riscos.

6

João é um menino muito curioso, e podia sonhar antes de dormir fazendo muitas coisas. Já se imaginou sendo...

**PROFESSOR, ASTRONAUTA,
MÉDICO, BIÓLOGO,
BOMBEIRO, PEDREIRO, PILOTO
DE AVIÃO, ATÉ SUPER-HERÓI,
TANTAS E TANTAS OUTRAS
COISAS...**

3

Mas para a sua realidade, os sonhos parecem distantes, João precisa trabalhar para ajudar nas despesas de casa



E por isso, acaba faltando demais a escola. Depois de um tempo, João parecia perder os sonhos, e seu jeito curioso de ser.

4

Durante um dos encontros promovidos pelo Movimento MNMMR, no bairro de João, Clara, uma assistente social que estava se reunindo com as crianças, percebeu o menino e quis perguntar o motivo para ele não estar na escola.

**OLÁ MENINO, QUAL
SEU NOME? POR QUE
NÃO ESTA NA ESCOLA?**

**SOU JOÃO, NÃO POSSO,
TENHO QUE TRABALHAR.**

**ENTÃO CLARA DISSE, VOCÊ SABE QUE TEM
DIREITO À EDUCAÇÃO?**

5

AGRADECIMENTOS

“Porque apesar de muito moço, me sinto são, e salvo, e forte”
(Belchior - Sujeito de sorte, 1976.)

À Deus, por que finalmente entendi que o Senhor sempre esteve, quem esteve pouco fui eu; e quando mais precisei, mais o Senhor existiu.

Aos meus pais, por terem construído, por muito tempo, o caminho para que eu pudesse chegar aqui, e daqui, continuar. Amo vocês do ordinário ao extraordinário.

Ao meu namorado, Ricardo, por estar comigo todos os dias, por passar horas comigo me auxiliando nesse trabalho, por abdicar de muita coisa, pela construção do nosso futuro juntos, por se esforçar por mim e por nós diariamente, por ver o melhor de mim e por garantir que eu sempre enxergue esse melhor. Você é minha casa e minha família, eu te amo.

Aos meus avós, que sempre deixaram claro o quanto de amor cabe em um abraço, amo vocês e sei que sabem disso.

Às minhas duas melhores amigas, Bia e Nicole. Vocês desde sempre foram as mulheres da minha vida, meu socorro nos dias ruins e a parte mais feliz dos 4 anos de curso. Amo vocês com todo meu coração e só a gente sabe o quanto significamos umas para as outras.

À Beatriz, Emilly, Nicole e Jamile, que me fizeram entender que cativar, significa criar laços, (Pequeno Príncipe, 1943), e como sou feliz por termos laços tão apertados ao ponto de conseguirmos nos entender sem precisar de palavras. Amo vocês e espero que sigamos juntas, até porque não me imagino sem o amor de vocês na minha vida.

À Hellen, Tamara, Amanda e Sabryna, por terem entrado na minha vida de forma tão suave que me fez amá-las tão facilmente, levo vocês comigo para sempre e desejo que vocês sejam tão felizes quanto me fazem.

À Cinthia, Dudu, Paloma, Rayane e Jessica, que fizeram meus dias felizes e provaram que é nas minúcias que se realiza o viver. Amo vocês e sinto falta de tudo que vivemos juntos.

À minha orientadora Thereza Karla, que se tornou um dos seres mais admiráveis que tive o privilégio de conviver. Obrigada por todo esforço na construção desse trabalho comigo, meu carinho, admiração e amor pela senhora são imensuráveis.

À Socorro Carvalho, que me conduziu, orientou e serviu de inspiração na minha formação acadêmica e pessoal. Por sempre estar disposta a me ajudar e por ser tão responsável, o MNMMR não teria a mesma força sem a senhora.

À minha professora Patrícia Crispim, por ser tão atenciosa, paciente e doce, e por me fazer enxergar a realidade com esse mesmo olhar que faz toda diferença no viver profissional e pessoal. Amo a senhora.

À Seu Valério e Toinha por alegrarem minhas manhãs com um café quente e um sorriso cheio de amor aos quais lembrarei para sempre.